



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2007

Acrescenta inciso V ao § 1º do art. 62 da Constituição Federal, para vedar a edição da medida provisória sobre matéria objeto de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V :

Art. 62.

§ 1º
.....

V – objeto de tratamento, ainda que parcial, em projeto de lei em tramitação em qualquer das Casas do Congresso Nacional.

.....(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

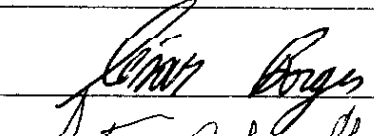
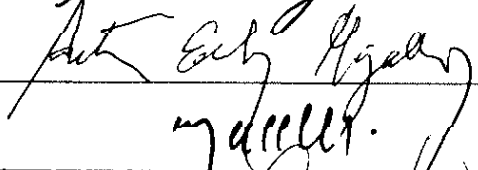
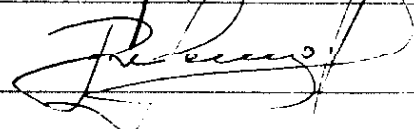
Desde a promulgação da Carta de 1988, o instituto das medidas provisórias, como prerrogativa excepcional do Presidente da República, vem sendo alvo de críticas, mais ou menos procedentes, tanto por parte da doutrina jurídico-constitucional, como por parte de segmentos relevantes do sistema político.

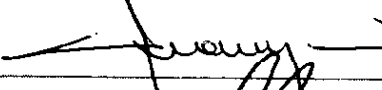
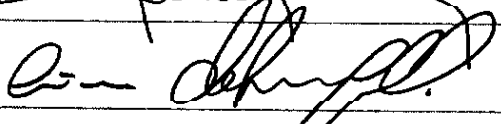
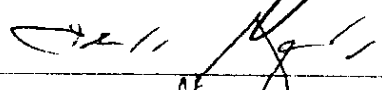
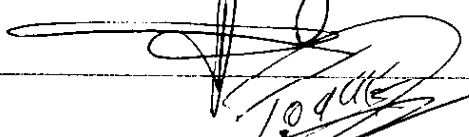

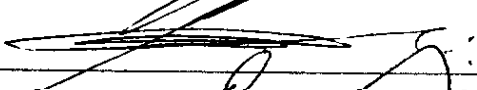
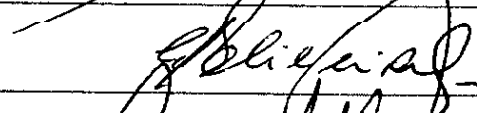
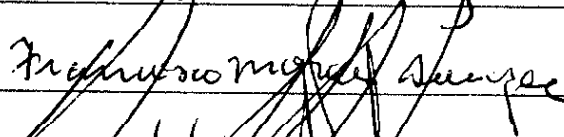
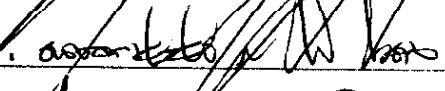
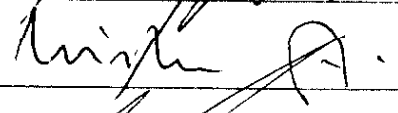
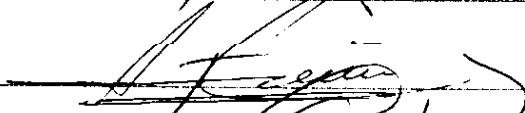
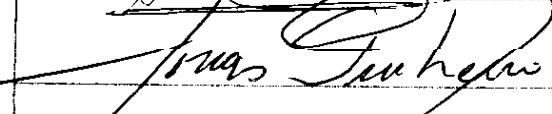
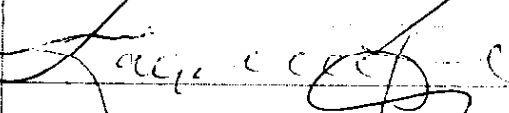
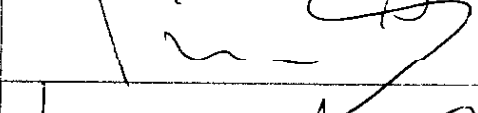

O principal aspecto desse escrutínio crítico diz respeito ao que é tido com verdadeira usurpação da competência do Congresso Nacional, que é a Casa legislativa por excelência. Como o atendimento dos pressupostos de urgência e relevância tem-se revelado evasivo, no que respeita ao editor desses atos, o Chefe do Executivo, e ambíguo do ponto de vista da apreciação dos órgãos legislativos, o resultado é uma crescente avalanche de medidas provisórias, sobre os mais diversos assuntos. Muitas vezes pego de surpresa, o Congresso Nacional não dispõe nem de parâmetros objetivos para rejeitar a proposta nem de tempo suficiente para aperfeiçoar seu conteúdo em ritmo consentâneo com os trabalhos parlamentares.

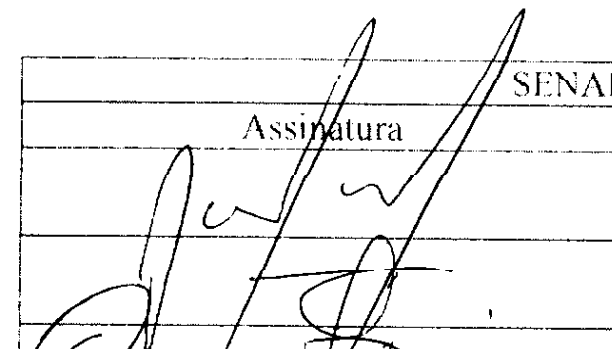
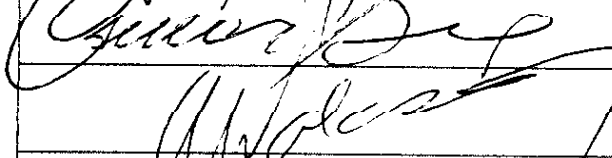
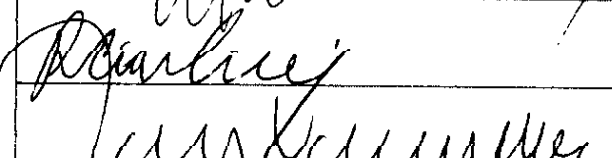
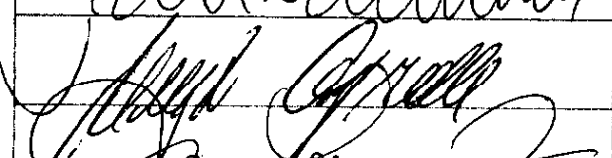
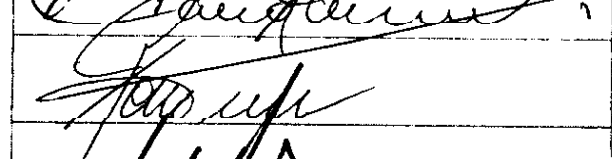





É com o objetivo de obviar a inaceitável freqüência de edição de medidas provisórias pelo Presidente da República e a usurpação de tarefas que seriam da competência legítima do Congresso Nacional que submetemos à aprovação dos eminentes Pares a presente proposta de emenda à Constituição.

Trata-se de promover o aditamento de inciso V ao § 1º do art. 62 da Carta Política, com o propósito de ampliar a vedação da edição de medida provisória em razão de matéria. Segundo a proposta, a vedação se estenderia também às matérias já tratadas em projetos de lei em tramitação em qualquer das Casas do Congresso Nacional. Além de racionalizar e conferir economia processual ao processo legislativo, a medida tem a finalidade de reconhecer e prestigiar a eficácia dos trabalhos legislativos a cargo do Congresso Nacional, detentor da prerrogativa de inovar, pela ótica da legisprudência, o ordenamento jurídico nacional.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2007.

| SENADORES | |
|---|---------------------|
| Assinatura | Nome do Parlamentar |
|  | CÉSAR BORGES |
|  | Raimundo Colusso |
|  | Raimundo Colusso |

| SENADORES | |
|---|---------------------|
| Assinatura | Nome do Parlamentar |
|  | EFRAIM MORAIS |
|  | CICERO LUENA |
|  | EDUARDO AZEREDO |
|  | ARNALDO LIMA |
|  | DEMOSTENES |
|  | MOZALILDO |
|  | VAGNER PEREIRA |
|  | MÁRCIO AMATO |
|  | ALEX RIBBIM |
|  | CHRISTIAN |
|  | HELMIN |
|  | JONAS PINHEIRO |
|  | GARIBALDI ALVES |
|  | HERCÍLIO FORTES |
|  | MARCO MACIEL |

| SENADORES | |
|---|----------------------------|
| Assinatura | Nome do Parlamentar |
|  | Daniel Caeiro |
|  | João Tenório |
|  | Osmar Dias |
|  | António Carlos Vasconcelos |
|  | Rosalba Ciarlini |
|  | João Vasco |
|  | Tasso Ferreira |
|  | Romão Tosta |
|  | José Adriano |
|  | Carlos |
| | |

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
.....

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
.....

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
.....

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a:

- a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;
- b) b) direito penal, processual penal e processual civil;
- c) c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;
- d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III - reservada a lei complementar;

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no *Diário do Senado Federal*, de 7/2/2007.

(OS:10